

ALEXANDRE AUGUSTO PEREIRA NUNES

Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí

Professor de Direito Constitucional

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Tutor, Conteudista e Coordenador de Cursos a Distância da Esaf em
Santa Catarina

Representante do Programa Nacional de Educação Fiscal

DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

**Democracia,
Estado Democrático de Direito,
República e Controle Social**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Alexandre Augusto Pereira Nunes

Categoria: Direito e Cidadania

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Ana Lúcia Morais

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

N972d

Nunes, Alexandre Augusto Pereira

O direito fundamental de acesso à informação /
Alexandre Augusto Pereira Nunes. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2014.

244 p. ; 21 cm.

Bibliografia: 205-230.

ISBN 978-85-67595-37-5

1. Direito à informação – Brasil.

2. Direitos fundamentais – Brasil. I. Título.

CDD- 342.81085

SUMÁRIO

Rol de Abreviaturas e Siglas	IX
Prefácio	XI
Introdução	1
1. Fundamentalidade de um direito	5
1.1. Terminologia	6
1.2. Direitos e direitos fundamentais	7
1.3. Modelo integral dos direitos fundamentais	8
1.4. Dimensão ética ou moral dos direitos fundamen- tais	13
1.5. Dimensão jurídica dos direitos fundamentais ...	28
1.6. Dimensão social dos direitos fundamentais ..	38
1.6.1. Eficácia dos direitos fundamentais	39
1.6.2. Efetividade dos direitos fundamentais	46
1.7. Gerações de direitos fundamentais	51
1.8. Vantagens da fundamentalidade de um direito ...	67
2. Democracia, estado democrático de direito, república e controle social	73
2.1. Democracia formal	74
2.2. Democracia substancial e direitos fundamen- tais	78
2.3. Estado democrático de direito	84
2.4. República	87
2.5. Promessas não cumpridas da democracia e seus obstáculos não previstos	93
2.6. Visibilidade, transparência e controle social	97
3. Direito fundamental de acesso à informação	109

3.1. Fundamentalidade do direito de acesso à informação	112
3.1.1. Dimensão ética ou moral (Peces-Barba) – valores (Reale)	112
3.1.2. Dimensão jurídica (Peces-Barba) – norma (Reale)	119
3.1.2.1. Direito fundamental expresso na constituição	119
3.1.2.2. Direito fundamental decorrente da democracia, estado democrático de direito e república ...	121
3.1.2.3. Direito fundamental decorrente do controle social	128
3.1.3. Dimensão social (Peces-Barba) – fatos (Reale)	136
3.2. Doutrina	141
3.3. Legislação	146
3.3.1. Normas internacionais	146
3.3.2. Estado brasileiro: lei de acesso à informação	159
3.3.2.1. Produção do direito: fatos e valores ...	162
3.4. Jurisprudência	171
Considerações finais	189
Referência das fontes citadas	205